



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFROBRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

PAULO HENRIQUE COSTA DE OLIVEIRA

**PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E EVASÃO ESCOLAR:
ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB, CE**

ACARAPE - CE

2024

PAULO HENRIQUE COSTA DE OLIVEIRA

**PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E EVASÃO ESCOLAR:
ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB, CE**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – Campus do Ceará.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Sandra Maria Guimarães Callado.

ACARAPE - CE

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Oliveira, Paulo Henrique Costa de.

378

Panorama do ensino superior no Brasil e evasão escolar: estudo de caso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, CE / Paulo Henrique Costa de Oliveira. - Redenção, 2024.

42f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Profa. Dr^a Sandra Maria Guimarães Callado.

1. Evasão escolar. 2. Ensino superior. 3. Estudantes universitários. 4. Ceará. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 048p

PAULO HENRIQUE COSTA DE OLIVEIRA

**PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E EVASÃO ESCOLAR:
ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB, CE**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – Campus do Ceará.

Aprovada em: 09/07/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^o Dr.^o Luís Miguel Dias Caetano

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Me. Neisse Evangelista da Costa Souza

Membro Externo

Dedico este trabalho a todos que participaram e apoiaram o seu processo de criação, a aqueles que cujo amor, apoio e sacrifícios tornaram possível cada passo deste caminho acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui minha gratidão a todos que tornaram possível a realização deste trabalho. Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado, pela orientação, dedicação, paciência e valiosas contribuições ao longo deste processo. Seu apoio foi fundamental para o desenvolvimento deste estudo.

Agradeço também aos professores e colaboradores da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que com muita força realizam os sonhos e objetivos de outros seres..

Não posso deixar de mencionar meus amigos e familiares pelo incentivo constante e compreensão nos momentos de ausência e euforia durante esta jornada acadêmica, Dona Maria de Lourdes estaria em êxtase por mais essa conquista.

Por fim, dedico um agradecimento especial aos participantes do processo de criação deste estudo, cuja colaboração foi essencial para a coleta dos dados e organização apresentados nesta monografia.

RESUMO

Este estudo examina o cenário universitário nacional seguindo até alcançar o curso de Graduação em Administração Pública Presencial da UNILAB, no Ceará, destacando sua relevância regional. Analisa dados de matrículas, trancamentos, cancelamentos, ativos entre outros 2018 e 2023, mapeando a expansão do ensino superior no Brasil e no Ceará até o Maciço de Baturité. O trabalho revisa a literatura sobre o desenvolvimento do ensino superior no Brasil e explora a problemática da evasão escolar, incluindo os impactos da pandemia de COVID-19. A pesquisa propõe ainda estratégias para mitigar a evasão escolar, destacando a necessidade de políticas públicas inclusivas e estratégias institucionais para melhorar a retenção dos estudantes.

Palavras-chave: Cancelamento, Trancamento, Administração Pública, Covid-19.

ABSTRACT

This study examines the national university landscape, focusing on the on-site Undergraduate Program in Public Administration at UNILAB in Ceará, highlighting its regional relevance. It analyzes enrollment data, withdrawals, and active cancellations from 2018 to 2023, mapping the expansion of higher education in Brazil and Ceará, particularly in the Maciço de Baturité region. The paper reviews the literature on the development of higher education in Brazil and explores the issue of student dropout, including the impacts of the COVID-19 pandemic. The research also proposes strategies to mitigate student dropout, emphasizing the need for inclusive public policies and institutional strategies to enhance student retention.

Keywords: Cancellation, Withdrawal, Public Administration, Covid-19.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Institutos Federais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PLEx	Período Letivo Excepcional
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PSEE	Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros
UFs	Unidades Federativas
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE QUADROS E TABELAS

- Quadro 1 -** Principais Fontes de Dados
- Quadro 2 -** Cursos da UNILAB-CE com ofertas vigentes
- Tabela 1 -** Caracterização do Maciço de Baturité segundo o Censo 2022 do IBGE
- Tabela 2 -** Sedes das Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica - 2018 a 2022
- Tabela 3 -** Distribuição das Sedes das IES no Brasil por Domínio Público e Privado - Censo 2018 - 2022
- Tabela 4 -** Distribuição das IES e Dados por Região Brasileira 2022
- Tabela 5 -** Organização Acadêmica e Dependência Administrativa do Estado do Ceará
- Tabela 6 -** Número de Ingressos e Ativos por Período do Curso de Graduação em Administração Pública
- Tabela 7 -** Caracterização dos períodos pelo número de trancamentos, cancelamentos e integralização do Curso de Graduação em Administração Pública presencial

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 - Distribuição Das IES por formato administrativo - 2022

Figura 1 - Organograma da Unilab

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Justificativa do Estudo	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. Breve Histórico da Universidade no Brasil	15
2.2. A Expansão e Evasão no Ensino Superior	17
2.3. Evasão no Ensino Superior durante o Período Pandêmico - COVID-19	19
3. METODOLOGIA	21
3.1. Área Geográfica da UNILAB	21
3.2. Tipologia da Pesquisa	22
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	24
4.1. Distribuição e Expansão de Instituições de Ensino Superior no Brasil	24
4.2. Distribuição Geográfica de IES no Ceará e na Região do Maciço de Baturité	27
4.3. Evasão Discente do Curso de Graduação em Administração Pública Presencial	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	35
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe um exame documental que se debruça sobre questões cruciais no contexto contemporâneo educacional de nível superior. Inicialmente buscou-se tratar da evasão e abandono escolar, em conjunto com a distribuição e expansão do ensino superior nas regiões brasileiras, observando as características das ofertas de cursos, matrículas e sistemas presenciais e à distância, seguindo para observação do estudo de caso o curso de Graduação em Administração Pública presencial da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB ressaltando sua importância para a região do Maciço do Baturité.

A evasão e o abandono escolar universitário são questões de extrema relevância no cenário educacional além da disposição das sedes das Instituições de Ensino Superior - IES ao redor do país, com implicações profundas para estudantes, instituições de ensino e sociedade como um todo. Esses fenômenos representam um desafio persistente que afeta não apenas o acesso à educação superior, mas também o desenvolvimento individual, a mobilidade social e a economia de um país ou região.

A transição para a vida universitária representa um marco importante na jornada educacional de um estudante. No entanto, ela traz consigo uma série de desafios únicos que frequentemente tornam mais difícil para os universitários prosseguirem seus estudos em comparação com os estudantes de níveis de ensino anteriores. A adaptação a um ambiente acadêmico mais exigente, o aumento das responsabilidades pessoais e financeiras, bem como as pressões para definir o futuro profissional são apenas algumas das complexas questões que os universitários enfrentam.

Neste trabalho, exploraremos a natureza dessas problemáticas, suas causas subjacentes e os impactos significativos que têm nas vidas dos estudantes e no sistema educacional como um todo. Além disso, abordaremos a importância de compreender e combater a evasão e o abandono universitário, visando construir um sistema educacional mais inclusivo e eficaz.

O problema em si sempre foram preocupações significativas no campo da educação em todos os ciclos, mas a pandemia de COVID-19 trouxe à tona desafios adicionais e complexos para os estudantes e instituições de ensino. A disseminação global do coronavírus causou interrupções generalizadas na educação superior, forçando alunos, educadores e administradores a se adaptarem rapidamente a novos formatos de ensino como o remoto e a lidar com questões emocionais, econômicas e tecnológicas. Logo outro ponto a ser abordado neste estudo é a interligação entre a evasão e o abandono escolar universitário e os impactos

da pandemia de COVID-19, destacando como as consequências dessas interrupções no ensino superior tiveram um impacto substancial na continuidade dos estudos dos universitários.

Além disso, faz-se necessário examinar as estratégias já existentes e necessárias para superar esses desafios, além de observar que a educação superior continue sendo acessível e eficaz, mesmo em tempos de crise.

Este estudo se concentra na análise aprofundada desses fenômenos no contexto da educação superior, com um enfoque específico no curso de Administração Pública presencial da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) no Campus do Ceará. Ao fazê-lo, este trabalho visa contribuir para um entendimento mais profundo desses desafios educacionais em tempos de crise e para o desenvolvimento de estratégias eficazes de enfrentamento e prevenção.

Compreender as causas por trás da evasão universitária é essencial para abordar esse desafio e melhorar a retenção dos alunos. Ao analisar essas causas, é possível identificar fatores variados que contribuem para que estudantes abandonem seus estudos universitários. Além disso, é preciso explorar os aspectos multifacetados que envolvem a evasão universitária, destacando a necessidade premente de uma abordagem holística que contemple tanto as dimensões individuais quanto as sociais desse desafio.

Para lidar eficazmente com esse problema, é essencial não apenas examinar os fatores pessoais que influenciam os alunos, mas também aprofundar a análise dos aspectos sociais, econômicos e culturais que contribuem para sua ocorrência. Esta abordagem mais ampla serve como base fundamental para a criação e manutenção de políticas públicas, programas de seguridade social e iniciativas de apoio e inclusão. Somente sob um olhar mais amplo verificar-se-á como a evasão universitária ocorre e com isso se poderá desenvolver estratégias eficazes para combater esse entrave.

O presente trabalho tem como objetivo geral descrever de forma sucinta sobre o ensino superior no Brasil e Estado do Ceará no período compreendido nos anos de 2018 a 2022 e abordar sobre a evasão de discentes no curso de Administração Pública Presencial da Unilab no período de 2018 a 2023.

Como objetivos auxiliares busca-se obter, tabular e analisar as seguintes informações:

- i) dados sobre expansão e distribuição do ensino superior no Brasil;
- ii) distribuição geográfica de IES no estado do Ceará e municípios do Maciço do Baturité e;
- iii) dados de evasão entre o período 2018.1 até 2023.1 do curso de graduação em Administração Pública Presencial da Unilab, Ce.

1.1. Justificativa do Estudo

A abordagem deste tema possui significativa relevância social e econômica, tendo em vista que a evasão e o abandono escolar universitário têm fortes implicações para a sociedade como um todo, afetando a formação de profissionais e conseqüentemente impactando no mercado de trabalho.

Aspectos como a baixa qualificação da mão de obra e salários médios cada vez menores desestimulam a oferta de profissionais qualificados no mercado, impactando a qualidade do serviço tanto na iniciativa privada quanto, dado o estudo em específico, na administração pública e economia em geral.

A análise da expansão do ensino superior e sua democratização assume um papel fundamental no contexto da administração pública, sendo de suma importância para compreender e contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais mais inclusivas e eficazes.

Essa temática se revela importante no cenário contemporâneo à medida que a educação superior desempenha um papel crucial na formação de profissionais capacitados, na promoção da mobilidade social e no fomento ao desenvolvimento econômico e social de uma nação se revelando como um importante tópico para a investigação e compreensão das causas da evasão e abandono.

No que compete à instituição de ensino superior, essa também pode enfrentar desafios específicos relacionados à evasão e ao abandono ainda que existam indicadores positivos como por exemplo investimento na estrutura física e organizacional da instituição.

Nessa senda, a universidade deve buscar compreender melhor os casos e as conseqüências da demanda cada vez menor por alguns cursos acadêmicos entendendo que isso requer importantes e urgentes ações que aprimorem políticas internas, estratégias de retenção dos alunos e manutenção da qualidade do ensino.

Além disso, as discussões e estudos sobre o tema podem abordar tanto pontos relevantes como indicadores consideráveis que em geral são dados de grande importância, podendo servir como base para a formulação de políticas públicas, criação de estratégias incluindo iniciativas governamentais como combate à evasão e abandono no nível superior.

O tema abordado destaca a importância de uma abordagem holística para que seja possível entender as causas da evasão e do abandono, tendo assim resultados que podem

inspirar outras pesquisas e estudos, além de práticas na área educacional proporcionando um pilar para o desenvolvimento contínuo de medidas eficazes e necessárias.

A pandemia trouxe mudanças rápidas e significativas no formato de ensino, exigindo adaptações tanto dos alunos quanto da própria instituição, impondo diferentes formas em todos os cenários. Logo é preciso investigar como essas mudanças impactam a dinâmica dos cursos de graduação como é o caso do de Administração Pública assim como as consequências dessas mudanças que como fim se pode verificar com o presente estudo percepções valiosas para esse período pós-pandêmico e instigar novos e futuros estudos.

No contexto da administração pública, compreender como as políticas de expansão e democratização do ensino superior são formuladas, implementadas e avaliadas, torna-se crucial para aprimorar a eficácia das ações governamentais nesse campo, podendo também influenciar no índice de insucessos das matrículas.

A análise aprofundada desse processo permitirá identificar desafios e oportunidades, contribuindo para a formulação de novos estudos e políticas mais efetivas e alinhadas às necessidades da sociedade.

Além disso, a pesquisa proporcionará subsídios para a reflexão sobre o papel das instituições de ensino superior na promoção da diversidade, inclusão e excelência acadêmica como elementos importantes para efetivar a democratização do ensino superior brasileiro focando na equidade do setor.

Ao investigar as práticas administrativas e os resultados alcançados, poder-se-á propor recomendações que orientem gestores públicos na elaboração de políticas educacionais mais eficientes, transparentes e alinhadas aos princípios da administração pública contemporânea além do atendimento aos anseios dos discentes acadêmicos de forma que esses possam se sentir contemplados em seus anseios tanto acadêmicos quanto pessoais e, principalmente, profissionais.

Assim, o presente estudo intenta preencher uma lacuna no conhecimento ao abordar a importância da análise da expansão do ensino superior; a relação com a evasão e o abandono dos discentes no nível acadêmico e sua democratização no contexto da administração pública. Contribuindo assim para o aprimoramento das políticas educacionais, redução dos maus índices e assegurando igualdade de acesso à educação de nível superior aos cidadãos para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Diante do exposto, e além das seções até aqui apresentadas (introdução e justificativa), a presente monografia encontra-se dividida da seguinte forma: i) referencial teórico, dividido em três tópicos; ii) metodologia (área Geográfica da UNILAB e tipologia da pesquisa); iii)

apresentação e análise e discussões dos resultados; iv) considerações finais e recomendações; e; vi) referências bibliográficas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com os objetivos deste estudo anteriormente enumerados, apresenta-se aqui, temas relevantes para compor a revisão de literatura deste estudo composto por temas debatidos por autores que têm expertise sobre o tema em epígrafe, com o propósito de fornecer embasamento teórico para a presente pesquisa.

Inicialmente, será realizado um contexto sobre o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, seguido pela análise de sua expansão ao longo do tempo. Na sequência, abordar-se-á a problemática da evasão no ensino superior, destacando os fatores tradicionais que contribuem para esse fenômeno. E, por último, mas não menos importante, contextualizar-se-á sobre a evasão escolar sob a ótica do período pandêmico do COVID-19.

2.1. Breve Histórico da Universidade no Brasil

Consoante ao processo de colonização do Brasil por Portugal, o processo de implementação e desenvolvimento do ensino superior no Brasil ocorreu de forma tardia comparado a outros países europeus e latino-americanos (NEVES, C. E. B., & MARTINS, C. B. 2016).

Sampaio, H. (1991) explica que o ensino superior brasileiro se deu de forma seminal apenas com a chegada do império português em 1808, tendo como objetivo capacitar profissionais para exercer diferentes cargos na corte. Ainda de acordo com Sampaio, em 1889, com o fim da monarquia portuguesa no país, contabilizou-se apenas seis escolas de ensino superior voltadas para a formação específica de juristas, médicos e engenheiros.

Neves e Martins (2016) afirmaram que em 1900 existiam menos de 24 escolas em todo território nacional e que somente, três décadas depois, em 1930 este número chegou a uma centena. Desse total, muitas escolas foram criadas pelo setor privado e de doutrina católica, sem incentivo ou fomento para a investigação científica, deixando esta tarefa para institutos de pesquisas em sua maioria indiferentes e sem diálogos com a academia.

Ainda de acordo com Neves e Martins (2016), os escritores também apresentam que é na década de 30 que surgem as primeiras universidades brasileiras destacando: a Universidade

de São Paulo - USP em 1934, a Universidade do Distrito Federal - UDF em 1935 e a primeira universidade católica do país, a Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC - RJ de 1940.

Segundo Durham (2003), no período entre 1946 a 1960 foram criadas dezoito instituições de ensino superior públicas e dez privadas. No fim desse período o número de matrículas chegou a noventa e três mil, sendo metade referentes ao setor público. Já no ano de 1960, período caracterizado pelo processo de industrialização e pós 2ª Guerra Mundial, as lideranças brasileiras chegaram a idealização de que o Brasil necessitava de quadros profissionais com formação universitária com o objetivo de enfrentar o processo de desenvolvimento econômico que foi uma das primeiras concepções que relacionou o ensino superior à promoção econômica.

Ainda de acordo com Durham (2003), iniciou-se a construção de uma rede de universidades federais públicas e gratuitas em praticamente todos os estados brasileiros. Como resultado, o país contabilizou em 1965 um total de 352.000 matrículas, sendo 56% referentes ao setor público e 44% ao setor privado.

Segundo Cunha (1975) *apud* Durham (2003), a Reforma Universitária ocorreu em 1968 em consequência às demandas por mudanças estruturais e funcionais nas universidades brasileiras, que enfrentam desafios como a falta de autonomia acadêmica, a centralização administrativa excessiva e a necessidade de expandir o ensino superior para atender à demanda crescente do ensino universitário.

O movimento também foi conhecido como Lei da Reforma Universitária ou Lei 5.540/68, no qual confirma em seu texto:

Art. 1º O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 2º O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.

Art. 3º As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos... (BRASIL, 1988)

Este foi um marco importante na história do ensino superior no Brasil. Segundo Medina (2019), o ato efetuou, por sua vez, mudanças como:

- profissionalização da academia;
- institucionalização da Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado);
- incremento de uma política de formação de recursos humanos (buscando a criação do potencial científico tecnológico nacional);

- alteração do padrão tradicional que ainda era focado nas faculdades isoladas e profissionalizantes;
- revogação das cátedras vitalícias;
- mudanças para focar no ensino, na pesquisa e na extensão; e
- organização por departamentos e regime semestral, além do sistema de crédito e do tempo integral.

Em 1970 o setor de ensino privado começou a se desenvolver. Martins (2002) aponta que no fim da década de 70 o setor privado já era responsável por 62,3% do total de matrículas, alcançando em 1994 a taxa de 69%. O autor ainda argumenta que o fomento da pesquisa nas universidades públicas fez seu custo aumentar, o que diminuiu a sua capacidade de expansão e abriu espaço para a comercialização do setor privado.

A partir destes acontecimentos autores como Santos (2007) afirmam que as instituições de ensino superior privado também se expandiram, mesmo tendo sofrido diversas reformulações para agregarem aquilo que foi posto pelo setor público, ampliando o ensino superior brasileiro e construindo uma grande rede, onde passou a concentrar a maioria das matrículas desde 1970.

2.2. A Expansão e Evasão no Ensino Superior

A expansão do ensino superior como apontam diversos escritores como Rodrigues, E. L., & Rodrigues, R. (2020) se caracteriza como um fenômeno complexo e multifacetado. No contexto brasileiro, nas últimas décadas testemunhou-se um aumento significativo no acesso à educação superior, impulsionado por políticas governamentais e iniciativas de inclusão social.

De acordo com Severino (2009), muitas são as dificuldades de implementação do ensino superior brasileiro, por diversos fatores políticos, econômicos e sociais. O autor ainda aponta a concentração desigual das IES apresentando o desequilíbrio regional.

Alonso (2010) reforça que este avanço é marcado fortemente pelo desenvolvimento do setor privado na área, usando como amparo dados do INEP (2008) para corroborar que “a educação superior brasileira é uma das mais privadas do mundo.”

Ainda de acordo com Alonso (2010), seu estudo cita que dados do ano de 2007, onde se contabilizava o número de 4.880.381 matrículas, onde 84% desse total concentrava-se no setor privado. Desses 84%, 52% das matrículas foram preenchidas nos cursos de Administração, Direito e Pedagogia seguindo esta ordem.

Em seu texto Alonso (2010), indica que o ensino EaD também se comportou de forma semelhante, mas com um crescimento acelerado que segundo o Anuário Brasileiro Estatístico de EaD/2008, como cita o proprietário da pesquisa, em 2008 a modalidade chega a alcançar 2.504.438 brasileiros no modelo de ensino.

Embora essa expansão tenha proporcionado maior número de vagas e cursos disponíveis, o ensino superior brasileiro ainda carrega consigo desafios inerentes, Sguissardi, V. (2000) indicam que o primeiro desafio aqueles que passaram ou vão ingressar futuramente na luta pelo diploma seria o de saber em que consiste a peleja do ensino superior no Brasil, reafirmando recordes nacionais de concentração e má distribuição de renda ou de injustiça social.

Nas palavras do próprio escritor:

Como se vê, antes que um desafio de ação é a educação superior no Brasil um desafio de compreensão. Como entendê-la hoje senão como um sistema em crise de várias ordens - de hegemonia, de legitimidade e institucional, na expressão de Boaventura de Sousa Santos (SGUISSARDI, 2000 *apud* SANTOS, 1989)

Na linha de raciocínio, o primeiro desafio do processo seria de entender e estar ciente das diversas propriedades e problemáticas da categoria.

Ristoff (2008) reflete que a ampliação do acesso não significa necessariamente a ampliação das oportunidades, contudo, esse crescimento quantitativo da matrícula não necessariamente se traduz em êxito acadêmico, como evidenciado pela persistência do problema do abandono e da evasão, ele ainda se retrata a um fenômeno que ele batiza de “hipertrofia da vaga de ofertas”, caracterizando que a maioria das matrículas são em poucos cursos citando administração, direito e pedagogia.

MORAIS, A. M. D. (2018) retrata que a problemática do abandono e da evasão é uma questão complexa que afeta e aflige diversas instituições de ensino ao redor do mundo. Evasão e abandono não possuem definições padronizadas, tornando-se uma temática difícil de ser abordada principalmente em órgãos públicos. Segundo Filho e Araújo (2017) essa variação dificulta até mesmo a quantificação dos casos por existirem diversas definições diferentes onde se tem que abordar os fatos de forma adequada e precisa.

Alguns autores e órgãos abrangem a diferença entre os conceitos de evasão e abandono, como exemplo o INEP (2019), que define evasão como a saída antecipada, antes da conclusão do ano, série ou ciclo por desistência e trata do abandono como: “[...] abandono quer dizer que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte. Já a evasão significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema”.

Ambas ocorrências são de repercussão negativa, principalmente em relação à eficiência e à qualidade do sistema educacional. Lobo, M.B.C.M. (2012) e Brasil, R. F. (2015), retratam a evasão como um problema crônico em todos os níveis, afirmando que esta pode ocorrer por diversos fatores, destacando entre eles o econômico, vocacional e social.

Os autores Steinbach (2012) e Pelissari (2012), tratam a evasão como um processo individual que responsabiliza o estudante e motivos superficiais pelo afastamento do indivíduo. Logo adotam o termo abandono escolar mais preciso, como uma forma de não reprimir o afastado.

Em outros estudos como no de Silva Filho, R. B., e Lima Araújo, R. M. (2017) o abandono é caracterizado quando um aluno deixa o ano letivo sem concluir ou é reprovado por faltas, mesmo estando presente no final do período letivo aplicando o termo "evasão" quando um aluno, frequentemente ausente ou reprovado, não realiza a matrícula no ano ou período seguinte.

Embora não haja uma designação padrão para esses termos, é crucial destacar a importância do tema e dos casos por ser um problema recorrente nas diversas esferas do sistema educacional.

Como já mencionado mesmo antes da pandemia, a evasão escolar no nível superior e nos demais níveis de ensino se torna um potente vilão da eficácia das instituições de ensino e da vida acadêmica. Fatores sociais e econômicos são os mais citados nos estudos analisados, mas existem imensuráveis motivos e condições que se propagam reiterando os índices.

A compreensão desses aspectos “tradicionais” é de ampla relevância, para que seja possível entender as fontes originárias da causa e também para o tratamento coletivo das situações.

Mesmo que os casos tenham suas individualidades, quando se conectam ou coincidem em suas versões ou estigmas, podem se tratar como uma questão de forma geral e elaborar políticas de combate sobre elas (Hollanda, H. B. 1991), além de poder contextualizar as modificações ocorridas durante o contexto pandêmico, colaborando para o melhor entendimento e análise das consequências que estão sendo geradas no momento, remediando as ações necessárias para recuperação ou alinhamento.

2.3. Evasão no Ensino Superior durante o Período Pandêmico - COVID-19

Evasão sempre foi um dos principais obstáculos da educação brasileira, até mesmo nas séries iniciais (LOBO, 2012). Adicionalmente, a pandemia enfraqueceu o desenvolvimento acadêmico com a paralisação instantânea de praticamente todos os setores e estruturas, tendo que se reformular e buscar meios de continuar a ofertar o processo de ensino e aprendizagem com segurança e qualidade que o serviço de educação exige.

Nesse sentido, após iniciado o período de isolamento que o período pandêmico do COVID-19 impôs e, após um período inativo, algumas IES públicas e privadas implantaram o ensino remoto emergencial, para que fosse possível dar continuidade às atividades do serviço de educação.

As instituições que já atuavam com o ensino a distância ou o sistema misto tiveram mais facilidade de estender a sua estrutura e de se ajustar, sendo um destaque as IES privadas.

“As instituições privadas foram as primeiras a adotar o “ensino remoto emergencial” como estratégia de manutenção do calendário acadêmico. Aquelas que já atuavam com Ensino a Distância (EAD) ampliaram para os cursos e as disciplinas presenciais o acesso aos sistemas e às plataformas existente” (MÁXIMO, 2021, p. 236).

Segundo Máximo (2021), em seu artigo “No desligar das câmeras: experiências de estudantes de ensino superior com o ensino remoto no contexto da Covid-19 (2021)”, a pandemia do COVID -19 se traduziu em uma situação na qual a vivência dos universitários no período, fez com que os estudantes, em meio à crise sanitária, lidarem com a pressão psicológica, distanciamento social e a incerteza do retorno presencial que associados a euforia que mesmo diante de uma retomada remota do ensino, gerou um sentimento de esgotamento e insatisfação.

De acordo com Araújo, L. S. (2022), mesmo nessa perspectiva do ensino remoto, estudantes conseguiram acompanhar e recuperar uma parte das disciplinas e até apresentar trabalho de conclusão de curso e boa parte das instituições obtiveram êxito em seus trabalhos, retomando aos poucos o ritmo de suas atividades e seu funcionamento até alcançarem o ressurgimento do presencial.

Apesar de todos os “arranjos”, o momento foi acometido por uma série de desafios que podem ter contribuído para o aumento da evasão universitária. Raposo et.al (2022), na aplicação de sua pesquisa obtiveram que 34% da sua amostra afirmou que o impacto econômico comprometeria a sua presença em seus determinados cursos, enquanto metade informou que a mudança em suas vidas pessoais durante a pandemia poderia influenciar e até mesmo impedir a sua jornada acadêmica

Rosa e Ribeiro (2018) ressaltam que as condições psicológicas e familiares também como um impasse do período, além da importância de uma assistência uma rede de apoio como ferramenta para os estudantes no período.

Rosa et.al (2021), trazem o trancamento como uma opção à evasão definitiva e explicam que quando o discente ainda possui expectativas de retorno, deve-se considerar a importância de observá-los e dar-lhes assistência para que essa volta seja possível e o mais confortável possível, considerando que os sujeitos se inclinam a evasão naturalmente.

Os autores ainda retratam que quaisquer interrupções modificam ou influência não apenas nos sonhos e projetos do estudante, mas também os de seus familiares, já que o acesso ao ensino superior é entendido como uma grande possibilidade de mudança de vida, que impacta não somente o próprio discente, mas sua família e a sociedade em seu entorno (ROSA *et.al* 2021).

3. METODOLOGIA

3.1. Área Geográfica da UNILAB

A UNILAB está sediada na cidade de Redenção no estado do Ceará, possuindo quatro *campi*, dos quais três são no Estado do Ceará e um no Estado da Bahia, a seguir: i) Campus da Liberdade (sede), na cidade de Redenção - CE; ii) Campus das Auroras, na cidade de Redenção - CE; iii) Campus dos Palmares, na cidade de Acarape - CE; e iv) Campus do Malês, na cidade de São Francisco do Conde - BA.

Os municípios de Acarape e Redenção, localizados no Estado do Ceará, fazem parte do Maciço de Baturité, onde ficam 35,4 e 38,7 quilômetros respectivamente de distância da Capital cearense. A referida região se encontra no sertão central cearense e é reconhecida por suas serras úmidas e secas e seus sertões (RIBEIRO, 2023).

A região possui grande importância ecológica e geográfica, abrigando uma rica biodiversidade e enorme variação de flora e fauna, chamando atenção dos ecoturistas por seu destaque nas atividades ao ar livre, por suas cachoeiras e paisagens naturais, além de ter um papel significativo na regulação do clima e conservação dos recursos hídricos da região (RIBEIRO, 2023).

A região do Maciço de Baturité Segundo o IBGE, é composta por 13 municípios que possuem características e formações naturais, culturais e territoriais semelhante e estão demonstradas na Tabela 1:

Tabela 1 - Caracterização do Maciço de Baturité

Cidade	Área Territorial (Km²) (2022)*	População Residente (2022)*	Produto Interno Bruto per capita (R\$ mil) (2021)*	Escolarização 6 a 14 anos de idade (2010)**
Acarape	130,002	14.027	11.888,66	96,8%
Aracoiaba	643,988	25.553	10.015,85	96,5%
Aratuba	119,758	11.224	12.896,07	97%
Barreira	260,003	22.392	10.566,4	97,8%
Baturité	314,075	35.218	12.408,24	95,9%
Capistrano	226,549	17.254	9.916,38	96,3%
Guaramiranga	90,817	5.654	15.847,79	97,6%
Itapiúna	593,231	17.841	8.246,45	95,3%
Mulungu	97,951	10.569	11.197,64	96,9%
Ocara	763,075	24.493	10.972,95	98,2%
Pacoti	112,433	11.186	12.049,56	96,5%
Palmácia	128,896	10.242	8.494,35	91,7%
Redenção	247,989	27.214	14.018,29	98,1%

Fontes: *IBGE (2024) e; **IPECE (2024)

De acordo com a Tabela 1, a região do maciço ocupa uma área territorial de 3.728,676 Km², representando cerca de 2,5% do território cearense, sendo uma região de grande capacidade de desenvolvimento, principalmente no campo do turismo, somando um avantajado número de moradores e de extensa área territorial, logo se torna válido os investimentos em infraestrutura e qualificação, principalmente no âmbito educacional.

3.2 Tipologia da Pesquisa

Quanto ao tipo de pesquisa, a presente monografia busca estudar de forma abrangente a distribuição das unidades que são bases de ensino superior ofertadas em nível nacional, após em cada região, chegando ao estado Ceará até o Maciço de Baturité. caracterizando cada ambiente seguindo uma abordagem qualitativa, baseando-se na coleta e análise de censos educacionais públicos, documentos oficiais e artigos científicos.

Adicionalmente, partindo de uma perspectiva micro, explorando o número de casos de Cancelamentos, Trancamentos e Integralizações de matrículas e ainda o total de ingressantes e de ativos por semestre, da Unilab considerar-se-á os relatórios internos e o estudo de caso da própria instituição entendendo a situação anterior e posterior a pandemia usando também as resoluções e normativas e documentos que auxiliaram no enfrentamento e manutenção da organização do período.

Em relação às fontes de dados de coletas além dos artigos científicos e outros estudos acadêmicos acolhendo uma revisão sistemática da literatura as principais estão no Quadro 1:

Quadro 1- Principais Fontes de Dados

Fonte	Site	Objetivo
Censo da Educação Superior (2018 - 2022)	https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior	Atender o objetivo específico I, com a divisão e localização das IES no país.
IBGE (2023)	https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados	Alcançar o objetivo específico II, com a caracterização do Maciço de Baturité.
IPECE (2023)	https://www.ipece.ce.gov.br/	Preencher o objetivo específico II, com a caracterização do Maciço de Baturité.
Relatórios de Controle Internos ofertados pela Coordenação do Curso de Graduação em Administração Pública Presencial (2023)	Não divulgados / Cedidos ao autor para análise	Atender o objetivo específico III, com dados da UNILAB entre o período de 2018.1 a 2023.1

Fonte: Elaboração do autor (2024)

Estes dados adquiridos a partir das fontes e mostradas no Quadro 1, serão conduzidos de maneira qualitativa, se concentrando na interpretação dos dados coletados sobre a distribuição dos cursos e entidades nos municípios, matrículas, números de abandonos e evadidos e seus possíveis fatores e agravantes.

Primeiramente, foram utilizados artigos científicos que se concentram no estudo do histórico, expansão e evasão do ensino superior brasileiro, como uma base para estruturação e construção do texto.

Em segundo lugar, utilizou-se dados de órgãos como o IBGE e IPECE para caracterizar o ambiente de estudo como as cidades do Maciço de Baturité e suas especificações, para que fosse possibilitado aos leitores um melhor entendimento sobre o espaço de estudo.

Na sequência, utilizou-se o Censo da Educação Superior, sendo esse um documento produzido anualmente que reúne diversas informações sobre as instituições de ensino superior de organização pública e privada por região, estado e município, tornando assim possível a visualização da organização no ambiente nacional.

Por último, foram obtidos relatórios do SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas impressos e cedidos pela Coordenação do Curso de Administração Pública da UNILAB para análise, constando o total de matrículas, trancamentos e cancelamentos por semestres, para darmos sequência no estudo de caso.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Distribuição e Expansão de Instituições de Ensino Superior no Brasil

Nessa seção da monografia, discutir-se-á os resultados que atendem ao primeiro objetivo deste estudo. Intenta-se nessa seção analisar a distribuição geográfica e expansão das instituições de ensino superior no Brasil. Para atender a esse objetivo tomou-se os dados estatísticos divulgados pelo Censo da Educação Superior de 2018 a 2022.

Anualmente o INEP produz e divulga o Censo da Educação Superior. O censo é uma ferramenta de grande relevância para a educação nacional onde se verifica dados das instituições de ensino superior abrangendo o máximo de categorias, especificações e modalidades de ensino que se encontram localizadas em todo o território brasileiro, sejam públicas ou privadas. O referido compilado serve de base para inúmeras avaliações, estudos, desenvolvimento e manutenção de políticas públicas, monitoramento e inúmeras ações voltadas ao nível educacional.

A classificação destas instituições no censo inicia-se pela organização acadêmica que se refere a estrutura e funcionamento da instituição educacional, quais sejam: i) as universidades são uma organização mais abrangente que oferecem uma variedade de programas em diversas áreas de estudo; ii) os centros universitários são entidades que também ofertam cursos de graduação e pós graduação mas pode não ter a mesma intensidade de atividades e pesquisas quanto às universidades; iii) as faculdades são mais focadas em áreas específicas e; iv) e os IFs - Institutos Federais e os CEFETs - Centro Federal de Educação Tecnológica, ofertam cursos técnicos e tecnológicos como também cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de ciência, tecnologia e engenharia. Abaixo na Tabela 2 vê-se a distribuição destas instituições por organização acadêmica, de acordo com o Censo de 2022:

Tabela 2 - Sedes das Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica - 2018 a 2022

Ano	Total de IES	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
2018	2.537	107	92	13	217	139	1.929	40	N.A
2019	2.608	108	90	11	283	143	1.933	40	N.A
2020	2.457	112	91	12	310	140	1.752	40	N.A
2021	2.574	113	91	12	338	147	1.832	41	N.A

2022	2.595	115	90	10	371	146	1.822	41	N.A
-------------	-------	-----	----	----	-----	-----	-------	----	-----

Fonte: Deed/Inep com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2023).

N.A - Não se aplica

Pelo estudo da Tabela 3, pode-se observar que o número de IES em 2022 comparado ao ano de 2018, cresceu aproximadamente 16%, confirmando que a expansão do ensino superior persiste nos dias atuais demonstrado pelo período de estudo.

Outro ponto também perceptível na Tabela 2 é que no ano de 2019 se tem contabilizado 2.608 instituições, mas este valor diminui no ano de 2020 e a essa variação se atribui a diminuição de cerca de 9% do número de faculdades do setor privado comparado ao ano anterior (2019). Apesar disso, o número volta a crescer em 2021, mas termina em 2022 com um percentual cerca de 5,5% comparado ao ano de 2018.

Se tratando do quantitativo de instituições públicas e privadas distribuídas no país se pode observar que as sedes das IESs privadas permanecem sendo a grande maioria no decorrer de todo o período de análise. Como se pode notar na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 - Distribuição das Sedes das IES no Brasil por Domínio Público e Privado - Censo 2018 - 2022

Ano	Total	Público	%	Privado	%
2018	2.537	299	11,78	2.238	88,22
2019	2.608	302	11,60	2.306	88,40
2020	2.457	304	12,40	2.153	87,60
2021	2.574	313	12,20	2.261	87,10
2022	2.595	312	12,02	2.283	87,98

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior (2018 - 2022). Brasília: INEP

De acordo com a Tabela 3, se verifica novamente a predominância das instituições privadas, nos cinco anos abordados no intervalo todos representam o setor privado com acima de 87% do total de IES no país.

O setor privado, como afirma Chaves e Amaral (2016) é caracterizado pela busca de menores custos e maiores lucros. Apesar disso, o preço para alcançar o ensino superior pode estar fora do alcance da maioria da população brasileira pois segundo o IBGE, em 2022, 12,7 milhões de pessoas viviam na extrema pobreza (cidadãos que viviam com menos de R\$200,00 por mês) enquanto 67,8 milhões na pobreza (cidadãos que viviam com menos de R\$637,00 por mês).

Nesse sentido, o agravante nessa situação é a impossibilidade de muitas pessoas talvez não terem condições econômicas e financeiras de se beneficiar com um serviço de formação, aprimoramento, continuidade ou de qualificação de mão de obra.

É de extrema importância também ressaltar os Programas de Financiamento Estudantil como uma porta para estas pessoas carentes terem acesso ao diploma superior, dois programas destaques são o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para todos (ProUni), que funcionam como uma parceria entre o governo e o setor privado. Parceria como essa é de fundamental importância no que diz respeito alcançar o objetivo de acessar o ensino superior e com isso fazer parte de um processo de democratização desse serviço.

Apesar do acesso ao ensino superior através dos programas de financiamento, eis que existem outras questões/fatores que contribuem para a evasão como a dificuldade de acesso pelos horários e pelos regimes que cada um agrega, considerando que certa parte dos universitários enfrenta uma jornada dupla como dividir o seu dia a dia entre os estudos e o trabalho para que seja possível pagar as mensalidades, matrículas e suprir as necessidades pessoais, por exemplo.

Ao se especificar os dados do último ano de estudo por regiões brasileiras, se é possível enxergar as áreas singularmente nos dando uma visão detalhada de cada área geográfica brasileira, como exposto na Tabela 4:

Tabela 4 - Distribuição das IES e Dados por Região Brasileira 2022

Região¹	UFs	Total de IES	População
Brasil	27	2.595 (100%)	203.062.512 hab
Centro-Oeste	4	289 (11,1%)	8,03%
Nordeste	9	611 (23,5%)	26,91%
Norte	7	201 (7,7%)	8,54%
Sudeste	4	1.098 (42,3%)	41,78%
Sul	3	396 (15,4%)	14,74%

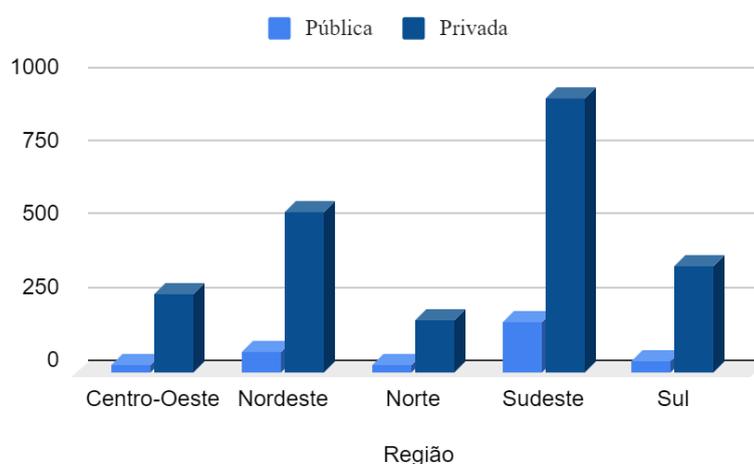
Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior (2022). Brasília: INEP / IBGE (2024)

¹ O Brasil é dividido em cinco grandes regiões geográficas: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Nestas regiões estão localizados 26 estados e o Distrito Federal que é uma unidade federativa que representa a capital do país. Mais especificamente: i) **Centro-Oeste (4 UFs)**: Distrito Federal - (DF); Goiás - (GO); Mato Grosso - (MT) e; Mato Grosso do Sul - (MS); **Nordeste (9 UFs)**: Alagoas - (AL); Bahia - (BA); Ceará - (CE); Maranhão - (MA); Paraíba - (PB); Pernambuco - (PE); Piauí - (PI); Rio Grande do Norte - (RN) e; Sergipe - (SE); **Norte (7 UFs)**: Acre - (AC); Amapá - (AP), Amazonas - (AM); Pará - (PA); Rondônia - (RO), Roraima - (RR) e; Tocantins - (TO); **Sudeste (7 UFs)**: Espírito Santo - (ES); Minas Gerais - (MG); Rio de Janeiro - (RJ) e; São Paulo - (SP); e **Sul (3 UFs)**: Paraná - (PR); Rio Grande do Sul - (RS) e; Santa Catarina - (SC).

De acordo com a Tabela 4, o total de IES estar proporcional ao total da população nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, mas isto não se confirma em relação ao Norte e o Centro-Oeste, já que entre os dois o Norte possui 0,51% mais população que o Centro-Oeste, mas tem o menor número de instituições com 3,4% menos IES que o Centro-Oeste.

A mesma característica é observada também por região demonstrado no Gráfico 1, onde se compara cada total:

Gráfico 1- Distribuição das IES por Formato Administrativo - 2022



Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior (2022). Brasília: INEP.

De acordo com o Gráfico 1 é possível perceber que as sedes das IESs particulares estão presentes por maioria em todas as cinco regiões brasileiras em número bem maior comparado às instituições públicas e isso impacta diretamente no número de matrículas tratando proporcionalmente.

4.2. Distribuição Geográfica de IES no Ceará e na Região do Maciço de Baturité

Nesta seção do presente estudo, tem-se os resultados referente ao segundo objetivo específico descrito na introdução. Especificamente se discute aqui sobre as instituições de ensino superior no Estado do Ceará e no Maciço de Baturité.

Observar a distribuição destas sedes por uma visão mais específica colabora para entendermos melhor a configuração das oportunidades, além de caracterizar a área de estudo.

Segundo o Diário Oficial do Estado, Camilo Sobreira de Santana o governador do estado do Ceará em 2015 pela Lei complementar nº 154 de 20 de outubro de 2015, dividiu o

território cearense em quatorze regiões de planejamento. A nossa área de estudo se localiza na sétima região, nomeada VII - Região Maciço de Baturité, composta pelos 13 municípios que compõem o maciço.

De acordo com o Censo (2022), o Estado do Ceará e a Região do Maciço de Baturité possuem IEs de acordo com a Tabela 5, a seguir:

Tabela 5 - Organização Acadêmica e Dependência Administrativa do Estado do Ceará

	Região / Município ²	Total	Pública				Privada		
			Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Com Fins Lucrativos	Sem Fins Lucrativos
	Brasil	2.595	312	120	133	59	2.283	1.449	834
	Ceará	103	7	4	3	0	96	72	24
1	Alto Santo	1	0	0	0	0	1	0	1
2	Aracati	1	0	0	0	0	1	1	0
3	Baturité	1	0	0	0	0	1	1	0
4	Camocim	1	0	0	0	0	1	1	0
5	Canindé	2	0	0	0	0	2	2	0
6	Cascavel	1	0	0	0	0	1	1	0
7	Caucaia	2	0	0	0	0	2	2	0
8	Crateús	2	0	0	0	0	2	2	0
9	Crato	4	1	0	1	0	3	2	1
10	Croatá	1	0	0	0	0	1	1	0
11	Eusébio	1	0	0	0	0	1	1	0
12	Fortaleza	43	3	2	1	0	40	29	11
13	Guaiúba	1	0	0	0	0	1	1	0
14	Horizonte	1	0	0	0	0	1	1	0
15	Icó	1	0	0	0	0	1	1	0
16	Iguatu	3	0	0	0	0	3	3	0
17	Ipu	2	0	0	0	0	2	2	0
18	Itapipoca	2	0	0	0	0	2	1	1
19	Juazeiro do Norte	8	1	1	0	0	7	6	1
20	Limoeiro do Norte	1	0	0	0	0	1	1	0
21	Maracanaú	3	0	0	0	0	3	3	0
22	Milhã	2	0	0	0	0	2	2	0
23	Pacajus	1	0	0	0	0	1	0	1

² O estado do Ceará também está dividido em 14 Regiões de Planejamento, que são áreas de planejamento regionalizado os municípios citados na tabela 6 estão divididas em: I) Vale do Jaguaribe (1 e 20); II) Litoral Leste (2); III) Maciço de Baturité (3 e 27); IV) Litoral Norte (4); V) Sertão de Canindé (5); VI) Grande Fortaleza (6,7, 11, 12, 13, 14, 21 e 23); VII) Sertão de Crateús (8); VIII) Cariri (9 e 19); IX) Serra de Ibiapaba (10, 17 e 29); X) Centro Sul (15 e 16); XI) Litoral Oeste/ Vale do Curu (18); XII) Sertão Central (22, 25 e 26); XIII) Sertão de Inhamuns (24); e XIV) Sertão de Sobral (28).

24	Parambu	1	0	0	0	0	1	1	0
25	Quixadá	2	0	0	0	0	2	1	1
26	Quixeramobim	3	0	0	0	0	3	2	1
27	Redenção	1	1	1	0	0	0	0	0
28	Sobral	7	1	0	1	0	6	3	3
29	Tianguá	4	0	0	0	0	4	1	3

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior (2022).

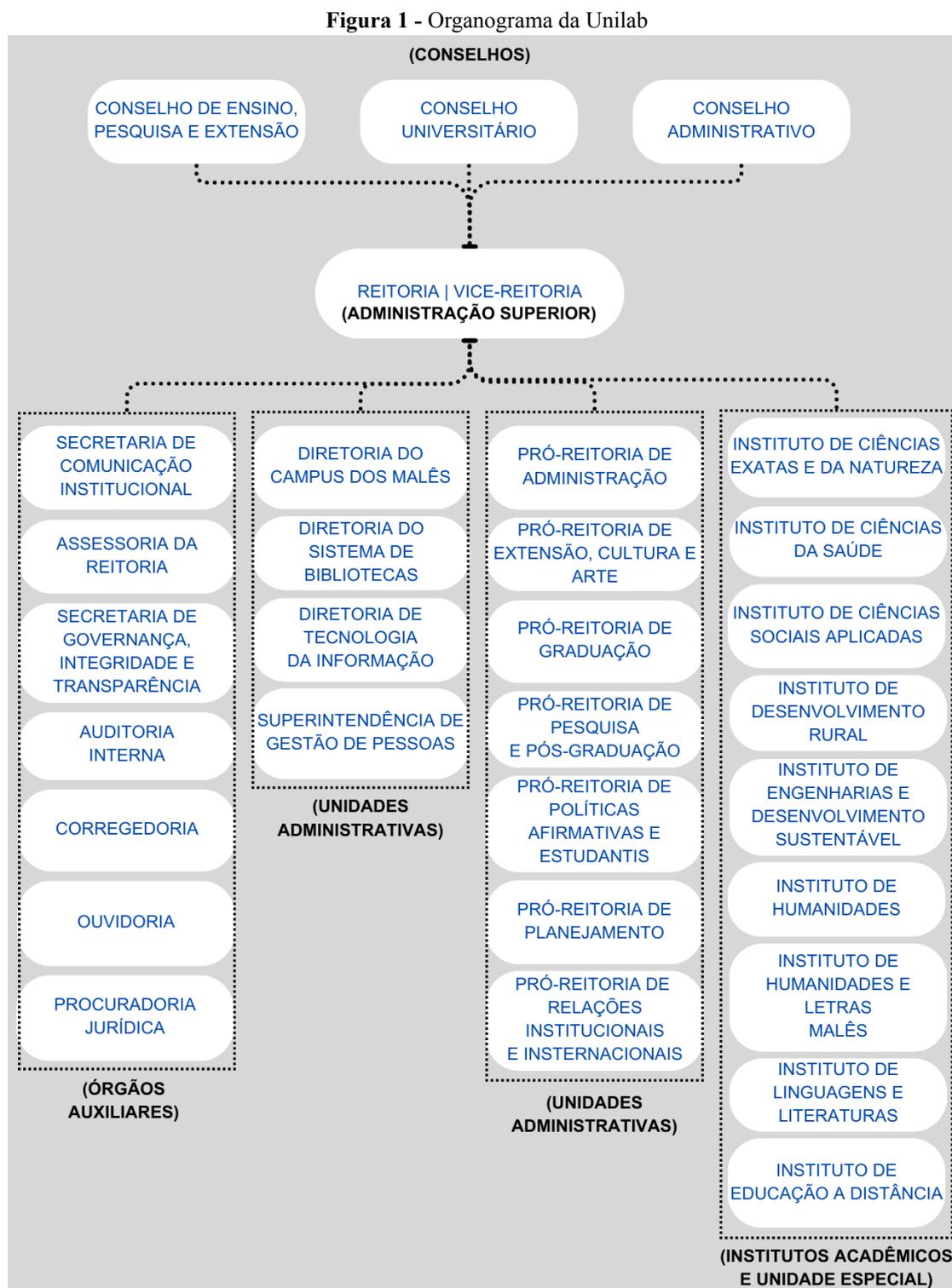
Segundo o IPECE (2022) o Estado do Ceará possui 184 municípios, somente 15,8% dos municípios possuem pelo menos uma sede de instituição de ensino superior, como especificado na Tabela 5, ainda segundo informações ofertadas pelo censo de 2022 o território cearense contava com 8.794.952 habitantes com uma densidade demográfica de 59,07 hab/Km², e 3.625.994 veículos.

Em relação ao Maciço de Baturité³, onde pode se notar em destaque na Tabela 5 que das 13 cidades que fazem parte da região, apenas duas aparecem no censo, Baturité com uma instituição privada e Redenção com uma IES pública que é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Nas buscas por dados e informações, observa-se que mesmo sendo um documento de vasto conteúdo, falta especificidade dos polos ou extensões das IES ou de informações do processo de coleta de dados, pontos que seriam indicadores importantes para estudos como estes.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2023 - 2027, elaborado pela Coordenação de Planejamento - COPLAN demonstra a estrutura organizacional da universidade, segundo o documento a estrutura estabelece ligações através de subordinação hierárquica divididas em cinco categorias: Administração Superior; Conselhos; Órgãos Auxiliares; Unidades Administrativas; e Institutos Acadêmicos e Unidade Especial, que estão expressas na Figura 1:

³ A Região do Maciço do Baturité é composta pelos seguintes municípios: Acarape; Aracoiaba; Aratuba; Barreira; Baturité; Capistrano; Guaramiranga; Itapiúna; Mulungu; Pacoti, Palmácia, Redenção e; Ocara.



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2023 -2027

Como expresso na Figura 1, a Unilab está dividida em diversos setores, e que necessitam de muita mão de obra especializada, segundo Sistema Integrado de Recursos Humanos do Governo Federal (SIAPE), em 2023, a Unilab comporta mais de 750 servidores efetivos e 19 contratados temporários, além de 47 estagiários remunerados de diferentes faixas etárias, gêneros, etnias.

O Plano de Desenvolvimento institucional 2023 - 2027, da Unilab, afirma que as políticas afirmativas da instituição, contribuem para a missão e os objetivos da Unilab, pelos os programa e projetos: Programa de Assistência ao Estudante (PAES, que disponibiliza Auxílio Moradia, Instalação, transporte, social emergencial, o programa de bolsa permanência (PBP) e o programa de Acolhimento integração, além do observatório da Vida Estudantil e o Uso do nome social.

4.3. Evasão Discente do Curso de Graduação em Administração Pública Presencial

Segundo a plataforma Unilab em Números no semestre de 2023.1 a UNILAB apresenta 25 cursos de Graduação Presencial; 03 cursos de Graduação a Distância; 9 cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu;

Quadro 2 - Cursos da UNILAB-CE com Ofertas Vigentes

Instituto	Cursos	Modalidade
Ciência Sociais Aplicadas - ICSA	Administração Pública	Bacharelado
	Serviço Social	Bacharelado
Ciências Exatas e da Natureza - ICEN	Ciências Biológicas	Licenciatura
	Física	Licenciatura
	Matemática	Licenciatura
	Química	Licenciatura
Humanidades - IH	Antropologia	Bacharelado
	Bacharelado em Humanidades	Bacharelado
	História	Licenciatura
	Pedagogia	Licenciatura
	Sociologia	Licenciatura
Humanidade e Letras do Malês – IHL	Bacharelado Interdisciplinar Em Humanidades	Bacharelado
	Relações Internacionais	Bacharelado
	Ciências Sociais	Licenciatura
	História	Licenciatura
	Letras – Língua Portuguesa	Licenciatura
	Pedagogia	Licenciatura
Linguagens e Literaturas – ILL	Letras Inglês	Licenciatura
	Letras Português	Licenciatura
Desenvolvimento Rural -IDR	Agronomia	Bacharelado
	Engenharia de Alimentos	Bacharelado
Engenharias e Desenvolvimento Sustentável - IEDES	Engenharia de Energias	Bacharelado
	Engenharia da Computação	Bacharelado
Ciências da Saúde - ICS	Enfermagem	Bacharelado
	Farmácia	Bacharelado
	Medicina	Graduação

	Especialização em Gestão em Saúde	Pós-Graduação Lato Sensu
	Especialização em Saúde da Família	Pós-Graduação Lato Sensu
	Mestrado em Enfermagem	Pós-Graduação Stricto Sensu
	Mestrado Profissional em Saúde da Família	Pós-Graduação Stricto Sensu
Educação a Distância – IEAD	Ciências Naturais	Licenciatura
	Letras – Língua Portuguesa	Licenciatura
	Ciências da Computação	Licenciatura
	Ciências 10	Pós-Graduação

O curso de Graduação em Administração Pública presencial da UNILAB segundo o seu Projeto Pedagógico do Curso - PPC é composto por 8 semestres com duração de 4 anos, de turno integral, tendo como principal meio de entrada o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE) para os estudantes da CPLP sendo a carga horária dividida em: 2.780 horas obrigatórias; 120 horas eletivas; 120 horas optativas; e 200 horas complementares, totalizando 3.220 horas.

Para melhor observação da situação do curso, buscou-se junto a sua coordenação informações relacionadas ao total de ingressantes, número de trancamentos e egressos, que não foram encontradas divulgadas em seus canais eletrônicos ou no Censo estudado, desta forma foi disponibilizado um relatório interno que continha tais dados de interesse iniciando a sua demonstração na Tabela 6 .

Tabela 6 - Número de Ingressos e Ativos por Período do Curso de Graduação em Administração Pública

Ano- Período	Ingressantes	Ativos
2018.1	51	3
2018.2	53	6
2019.1	37	5
2019.2	37	12
2020.1	65	27
2020.2	56	21
2021.1	38	19
2021.2	52	29
2022.1	40	24
2022.2	62	52
2023.1	45	38
2023.2	47	30

Fonte: Relatório de Cancelamentos, Trancamentos e Integralizações.

Algo interessante observado na Tabela 6 é que algumas matrículas já evadem nos períodos iniciais, o que podemos conciliar com a má identificação ou adaptação com o

modelo do curso ou instituição entre outros, no último período da análise que se trata de 2023.1, vemos que temos 45 egressos, mas até a data de geração do relatório, o sistema só conta com 42 ativos.

Quanto à coluna Ativos na Tabela 6, estes números representam o total de matrículas que ingressaram naquele período e que ainda permaneceram na universidade até a geração do relatório no dia 24 de janeiro de 2024.

Além de outros fatores como já citados, ainda levando a preocupação do tempo de permanência dos discentes onde no relatório ainda se observa matrículas ativas ainda de 2018.1, primeiro período observado neste estudo quase seis anos depois.

Com tantos desafios no âmbito educacional, surgem barreiras de inúmeros aspectos que assolam as corporações e seus membros, a permanência assídua e o sucesso dos acadêmicos dependem de muitos quesitos tais como: financeiros; sociais; culturais e; institucionais que ocorrem diariamente ou se arrastam desde um tempo atrás.

A Unilab como muitas outras IES brasileiras também sofrem com os números de trancamentos e cancelamentos de matrículas, antes mesmo da pandemia do COVID-19, período que foi decretado pelo Governador do estado do Ceará da época Camilo Sobreira de Santana pelo Decreto Nº 33.510, de 16 de março de 2020.

Na busca de informações sobre as matrículas do curso de Graduação em Administração Pública, não foram encontrados dados específicos publicados nos canais da universidade, logo foi solicitado diretamente na coordenação do curso elementos que auxiliassem no entendimento das questões abordadas, sendo ofertados pela coordenação em 12 de setembro de 2023 e atualizados em 24 de janeiro de 2024, relatórios internos para prover o entendimento da discussão.

Pelos relatórios internos se pode observar o número de entradas e ativos (expressos na Tabela 6), trancamentos, cancelamentos e integralizações de cada semestre, possibilitando uma visualização mais detalhada na Tabela 7 apresentando os números descritos em cada período do curso, a seguir:

Tabela 7 - Caracterização dos períodos pelo número de trancamentos, cancelamentos e integralização do Curso de Graduação em Administração Pública presencial

SEMESTRES ACADÊMICOS - UNILAB					
Período	Datas		Trancamentos em 24/01/24	Cancelamentos em 24/01/24	Integralizações em 12/09/23
	Início	Fim			
2018.1	02/07/2018	03/11/2018	08	15	13
2018.2	03/12/2018	13/04/2019	07	27	11

2019.1	06/05/2019	04/09/2019	02	09	05
2019.2	30/09/2019	10/02/2020	05	11	04
2020.1	04/01/2021	17/04/2021	20	21	07
2020.2	17/05/2021	14/09/2021	08	18	0
2021.1	11/10/2021	19/02/2022	05	15	0
2021.2	04/04/2022	03/08/2022	01	21	0
2022.1	19/09/2022	02/02/2023	00	16	0
2022.2	20/03/2023	26/07/2023	01	10	0
2023.1	11/08/2023	18/12/2023	00	07	0
2023.2	27/11/2023	25/07/2024	00	00	0

Fonte: Relatórios internos 2023 - 2024.

Pelo total de casos demonstrados na Tabela 7 sobre o curso de graduação em Administração Pública presencial, vemos que muitos estudantes se afastaram ou deram uma pausa na sua jornada acadêmica, este processo pode ter diversos fatores originários.

Considerando ainda a Tabela 7, como anualmente são ofertadas 110 vagas para o curso, as turmas de entrada são compostas com até 55 alunos novatos em cada semestre, observando que o número de cancelamentos e trancamentos no primeiro período de pandemia 2020.1 se elevou consideravelmente sendo o maior em trancamentos e o segundo maior de cancelamentos do espaço de estudo.

A pandemia trouxe consigo impactos de grande dimensão para o meio educacional, com isso muitas instituições tiveram que buscar se recuperar e reabilitar seus acadêmicos, durante o período com o ensino remoto o número de casos de trancamentos diminuiu consideravelmente, dado que aparentemente grande parte dos discentes conseguiram acompanhar as aulas e avaliações de modo virtual.

Algo que se pode observar pela Tabela 9 é que o número de trancamentos durante este período é que esse caiu de forma impressionante. Esse fato pode ter ocorrido provavelmente como uma consequência do ensino remoto que possibilitou aulas virtuais síncronas e assíncronas, além do modo de avaliação online.

Quando comparamos os números de cancelamentos, que possuem uma média aritmética de aproximadamente 14 matrículas canceladas por semestre de estudo, possuem resultados mais eminentes e sem explicações das possíveis causas, podendo ser desde questões pessoais, financeiras e sociais até o não reconhecimento ou mudanças de cursos, haja vista que existem editais de mudanças internas de curso e processos seletivos de outras instituições.

Mas com o retorno gradual das aulas presenciais o número de trancamentos cai notadamente enquanto de cancelamentos se mantém em alta, possivelmente por receio ainda da pandemia e pelo fato de os discentes estarem envolvidos com outras atividades como

subempregos, empregos formais e informais, por exemplo, que podem ser analisadas em estudos futuros.

O período de 2021.2 é marcado pelo retorno gradual das aulas presenciais na instituição, um acontecimento que chama atenção é que no justo semestre o índice de cancelamentos de matrícula volta a subir alcançando o segundo maior resultado entre todos os demais semestres em análise.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho proporcionou uma análise abrangente e detalhada sobre o panorama universitário brasileiro, com foco específico no curso de Administração Pública Presencial da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), localizado no Maciço do Baturité, Ceará. Ao longo deste estudo, foram exploradas as causas, impactos e desafios associados a esses fenômenos, bem como os efeitos da evasão universitária, da distribuição das sedes de IES pelos territórios e da pandemia de COVID-19.

A presença da UNILAB como uma instituição de ensino superior pública se destaca, por oferecer cursos com abordagem internacional e por integrar países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Observando que o ensino superior no Brasil passou por diversas fases, desde sua implementação tardia até a sua expansão e democratização, caracterizada pela multiplicação de instituições públicas e privadas. No entanto, a evasão escolar e outros agentes permanecem como um desafio persistente, refletindo desigualdades socioeconômicas e estruturais presentes na sociedade brasileira.

É inegável a importância de entender e abordar essas questões de forma holística, considerando não apenas os fatores individuais, mas também os aspectos sociais, econômicos e culturais que influenciam a trajetória educacional dos universitários. Nesse sentido, recomenda-se que as políticas públicas e estratégias de intervenção sejam desenvolvidas de maneira integrada, visando não apenas a retenção dos alunos, mas também a promoção de uma educação superior mais inclusiva e eficaz.

A democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, notadamente por meio de programas de financiamento estudantil e políticas de cotas, reflete uma resposta afirmativa às demandas por igualdade de oportunidades educacionais.

Durante a pandemia de COVID-19, as instituições de ensino foram obrigadas a se adaptarem rapidamente ao ensino remoto, o que trouxe novos desafios para os estudantes, incluindo dificuldades econômicas, emocionais e familiares. Esses desafios podem ter

contribuído para o aumento da evasão universitária, exigindo respostas eficazes por parte das instituições educacionais e políticas públicas.

A análise dos dados do Censo da Educação Superior de 2022 evidencia uma predominância das instituições privadas em relação às públicas, o que pode impactar diretamente na democratização do ensino superior e no acesso dos estudantes, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades financeiras e precisam conciliar estudos e atividades remuneradas.

Entretanto, ao analisar a evasão discente no curso de Graduação em Administração Pública presencial da UNILAB, fica evidente a existência de desafios significativos que precisam ser enfrentados. Os altos índices de cancelamentos de matrículas, apontam para a necessidade de implementação de estratégias que visem conter os efeitos da Covid-19 e da permanência ao sucesso dos estudantes ao longo do curso.

Diante desse contexto, algumas recomendações podem ser consideradas para enfrentar o problema da evasão no ensino superior:

Implementação das medidas de apoio socioeconômico aos estudantes além do incentivo e valorização das políticas públicas já existentes, visando mitigar os impactos financeiros da educação superior aos discentes e familiares, garantindo a equidade de acesso e permanência no ensino universitário, focando nos grupos desprovidos de recursos financeiros tendo em vista que segundo o IBGE em 2022 67,8 milhões (31,6%) dos brasileiros viviam em situação de pobreza e 12,7 milhões (5,9%) viviam em extrema pobreza.

O desenvolvimento de programas de orientação acadêmica e apoio psicossocial, para auxiliar os estudantes na transição para a vida universitária e no enfrentamento das pressões e desafios associados, tendo em vista que alguns discentes como pode ser visto na Tabela 8, abandonam o curso ainda nos períodos iniciais, possivelmente por má adaptação ao meio ou por dificuldades de controlar as pressões e novidades que surgem.

Investimento em tecnologias educacionais e infraestrutura digital, para garantir a continuidade do ensino, mesmo em situações de emergência, como pandemias e isolamento social, para promover a acessibilidade ao conhecimento em diferentes contextos, como foi o caso da pandemia do Covid-19 que diversas instituições tiveram que implementar e se afeiçoar ao ensino remoto.

Promoção de estudos sobre a evasão e o abandono escolar universitário, com o objetivo de aprofundar o entendimento desses fenômenos além de incentivar a divulgação destes dados pelos institutos, cumprindo o princípio da publicidade, além de ser um indicador necessário para desenvolver estratégias mais eficazes de prevenção e intervenção.

Em suma, é fundamental reconhecer a complexidade e a importância das questões abordadas neste estudo e comprometer-se com a implementação de medidas concretas para enfrentar os desafios da evasão e do abandono escolar universitário e da recuperação pós pandemia.

Somente por meio de uma abordagem integrada e colaborativa, envolvendo estudantes, instituições de ensino, governos e comunidades, será possível construir um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e eficaz, capaz de promover o desenvolvimento individual coletivo contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e próspera.

A redução da evasão no ensino superior requer uma abordagem multifacetada, que combine medidas de apoio socioeconômico, investimentos em tecnologia educacional e fortalecimento das redes de apoio estudantil.

Logo, se é fundamental que os esforços sejam direcionados para fortalecer o sistema educacional na região do Maciço de Baturité, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades locais e para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acarape (CE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/acarape.html>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

ALONSO, K. M. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1319–1335, dez. 2010.

ALMEIDA, M. R. DE. **A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais: um recorte do semiárido potiguar.** Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28342?mode=full>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

ANDRESSA COSTA DE MATOS DE SOUZA ESTUDO DA EVASÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE ARARANGUÁ. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://uab.ufsc.br/biologia/files/2014/05/Andressa-Costa-de-Matos-de-Souza-13401055.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2024.

Aracoiaba (CE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/aracoiaba.html>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

ARAÚJO, L. S. O estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos: desafios de estagiárias no retorno presencial em período da pandemia da Covid - 19. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25666?locale=pt_BR>. Acesso em: 12 dez. de 2023.

Aratuba (CE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/aratuba.html>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

Barreira (CE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/barreira.html>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

Baturité (CE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/baturite.html>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BEATRIZ DE CARVALHO, M.; LOBO, M. **PANORAMA DA EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ASPECTOS GERAIS DAS CAUSAS E SOLUÇÕES.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.institutolobo.org.br/core/uploads/artigos/art_087.pdf>.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

_____, R. F. Avaliação da evasão em uma Instituição de Ensino Superior do Rio Grande do Norte. **repositorio.ufersa.edu.br**, 20 fev. 2015.

Calendário Acadêmico. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2023/09/Calendario-Academico_final_25.09.23_B.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

CASAS, L.; DEBROT, R. M. A evasão escolar no ensino superior : um olhar no contexto acadêmico do curso de Turismo da UFOP, MG. **monografias.ufop.br**, 2022.

Capistrano (CE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/capistrano.html>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL - O PROUNI E O FIES COMO FINANCIADORES DO SETOR PRIVADO. **Educação em Revista**, v. 32, n. 4, p. 49–72, dez. 2016.

DE MEDEIROS ROSA, C.; FORTUNATO TEIXEIRA DOS SANTOS, F.; GONÇALVES, A. M. Os efeitos da pandemia da COVID-19 na permanência na educação superior. O cenário de uma universidade federal brasileira. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 86, n. 2, p. 61–76, 18 ago. 2021.

DURHAM, E. O ensino superior no Brasil: público e privado. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: <<https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt0303.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ENSINO SUPERIOR E UNIVERSIDADE NO BRASIL. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7771625/mod_resource/content/1/Cunha_Ensino_superior_e_Universidade_no_Brasil.pdf>.

Educação Superior – Graduação. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>.

FARIA, A. A. G. DE B. T. **Estudantes do Ensino Superior: variáveis pessoais e contextuais relacionadas ao insucesso acadêmico e evasão escolar.** Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/84961>>. Acesso em: 08 set. 2023.

Guaramiranga (CE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/guaramiranga.html>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

Itapiúna (CE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/itapiuna.html>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

LEAL, R. et al. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/x44X6CZfd7hqF5vFNnHhVWg/?format=pdf&lang=pt>>.

Macaé Evaristo - Abandono e Evasão Escolar. Disponível em: <https://youtu.be/eYLi_4p7b2E>. Acesso em: 29 set. 2023

MAGALHÃES, E. A. DE et al. Custo do ensino de graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 3, p. 637–666, jun. 2010.

MARIA ELISA MÁXIMO. Tecnologia e educação: reflexões a partir de uma etnografia sobre experiências com o ensino remoto na pandemia. **Horizontes Antropológicos (Impresso)**, v. 30, n. 68, 1 jan. 2024.

MARIA et al. POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL PÓS-LDB/96 – DESAFIOS PARA A AVALIAÇÃO. v. 36, n. 1, 15 jul. 2011.

MARQUES, A. Abordagem avaliativa multidimensional para previsão da evasão do discente em cursos on-line. **Ufcg.edu.br**, 2018.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, p. 04–06, 2002.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 15–35, 1 abr. 2009.

MÁXIMO, M. E. No desligar das câmeras. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 2, p. 235–247, 24 ago. 2021.

MEDINA, C. A. A reforma universitária na Universidade Federal de Viçosa (1968-1978): elementos para a manutenção da ordem. **www.locus.ufv.br**, 24 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS -ICSA PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PRESENCIAL REDENÇÃO-CEARÁ-BRASIL NOVEMBRO DE 2016. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2011/11/PPC-Adm.-P%C3%BABlica-UNILA-B-1.pdf?_gl=1>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Mulungu (CE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/mulungu.html>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino superior no Brasil : uma visão abrangente. **http://www.ipea.gov.br**, 2016.

NIEROTKA, R. L.; BONAMINO, A. M. C. DE; CARRASQUEIRA, K. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, jan. 2023.

Ocara (CE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/ocara.html>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

OLIVEIRA, R.; SOARES, E. Publicadas resoluções que tratam das diretrizes para Período Letivo Excepcional (PLEx). Disponível em: <<https://prograd.unilab.edu.br/consepe-publicadas-resolucoes-que-tratam-das-diretrizes-para-periodo-letivo-excepcional-plex/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19 - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde.** Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>.

O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações - Ensino Superior Unicamp. Disponível em:

<<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes>>.

Pacoti (CE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/pacoti.html>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

Palmácia (CE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/palmacia.html>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021 | Agência de Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021#:~:text=O%20percentual%20de%20pessoas%20em%20extrema%20pobreza%2C%20ou%20seja%2C%20que>>.

RAPOSO, Leticia Martins et al. Uma metodologia para constituir redes de apoio aos universitários em risco de evasão durante a pandemia da Covid-19. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, p. e11411326446-e11411326446, 2022.

Redenção (CE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/redencao.html>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

REDENÇÃO. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE A DISTÂNCIA. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/08/PPC-BachareladoAdmPubPNAP-UNILAB.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2023.

Resultados do Censo da Educação Superior 2020 disponíveis. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/resultados-do-censo-da-educacao-superior-2020-disponiveis>>.

RIBEIRO, S. R. P. Aspectos eco-socioeconômicos do cultivo do café sombreado na serra de Baturité, Ceará, Brasil. **repositorio.ufc.br**, 2023.

RIFFEL, S.; MALACARNE, V. **EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL SANTO AGOSTINHO NO MUNICÍPIO DE PALOTINA -PR.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1996-8.pdf>>.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt9108.pdf>>.

SANTOS, B. DE S. Da Ideia da Universidade à Universidade de Ideias. **estudogeral.uc.pt**, 1 jun. 1989.

SANTOS, J. E. DE O. **Transformações na educação superior brasileira: presença e participação dos centros universitários do estado de São Paulo (1997-2006).** Disponível

em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-25062007-105943/pt-br.php>>.
Acesso em: Acesso em: 29 set. 2023.

SANTOS, V. B. DOS. Evasão dos estudantes do curso de licenciatura em Educação Física da UFBA: período entre 2011 e 2016. **repositório.ufba.br**, 17 set. 2020.

SEVERINO, A. J. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 14, n. 2, p. 253–266, jul. 2009.

SILVA, D. B. DA et al. Evasão no ensino superior público do Brasil: estudo de caso da Universidade de São Paulo. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 27, n. 2, p. 248–259, ago. 2022.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. D. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, v. 8, n. 1, p. 35, 29 jun. 2017.

Sinopses Estatísticas Disponível em:
<<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas>>.
Acesso em: 03 out. 2023.

SGUISSARDI, V. O DESAFIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: QUAIS SÃO AS PERSPECTIVAS? **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 5, n. 2, 2000.

SHOITI, C.; BRUNO; SANTOS, L. Inclusão no Ensino Superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. spe, p. 105–113, 1 jan. 2018.

SOUZA, D. G. DE; MIRANDA, J. C.; SOUZA, F. DOS S. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 5, 12 mar. 2019.

TEIXEIRA, M. A. P.; CASTRO, A. K. DOS S. S. DE; ZOLTOWSKI, A. P. C. Integração acadêmica e integração social nas primeiras semanas na universidade: percepções de estudantes universitários. **Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 69–85, 1 jun. 2012.